

# PROCESSO DE TRABALHO EM FRIGORÍFICOS E AS POSSIBILIDADES DE CONSTITUIÇÃO DE NOVAS SOCIABILIDADES NA LUTA COLETIVA PELA SAÚDE DO TRABALHADOR<sup>1</sup>

*Georgia Sobreira dos Santos Cêa<sup>2</sup>  
Neide Tiemi Murofuse<sup>3</sup>*

## RESUMO:

Este artigo apresenta reflexões decorrentes de estudos desenvolvidos no projeto de pesquisa “Processo de trabalho em frigoríficos da região oeste do Paraná: trabalho, educação e saúde”, financiado pelo CNPq (Edital MCT/CNPq 03/2008 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas). Inicialmente, o artigo trata do processo de trabalho em frigoríficos, com o objetivo de apresentar elementos que indicam a instauração de formas de sociabilidade que são produzidas no confronto entre os trabalhadores vitimados por condições de trabalho que aviltam sua saúde e a própria organização do trabalho em si. Após a introdução, são apresentados os referenciais de análise do estudo (trabalho, educação e saúde), fundamentados no entendimento de que nas formas de sociabilidade capitalista, produzidas a partir do fato da alienação humana frente aos meios, aos processos e aos resultados do trabalho, não cabe ao trabalhador reger e/ou definir as condições de uso da força de trabalho, vendida como mercadoria e mobilizada em função dos interesses e necessidades econômicas dos compradores. Em seguida, o texto apresenta a caracterização geral do processo de trabalho em frigoríficos, destacando a incidência de casos de agravo à saúde dos trabalhadores e discutindo suas origens. Por fim, reflete-se sobre os desafios para a organização dos trabalhadores no contexto atual e são apresentadas experiências coletivas de enfrentamento dos trabalhadores de frigoríficos do oeste do Paraná, na luta pela preservação da saúde, indicando a construção de sociabilidades na ótica dos trabalhadores, no confronto com as forças econômicas do setor.

Palavras-chave: trabalho em frigoríficos; saúde do trabalhador; sociabilidades coletivas

## Introdução

Ao tratar das novas formas de organização industrial, Antunes (2000, p. 50) destaca que

Com a redução dos ciclos de vida útil dos produtos, os capitais não têm outra opção, para sua sobrevivência, senão inovar ou correr o risco de ser ultrapassados pelas empresas concorrentes.

---

<sup>1</sup> Uma versão ampliada deste texto será publicada como um capítulo do livro *Trabalho, Educação e Sociabilidade*, organizado por José dos Santos Souza e Renan Araújo e publicado pela editora Práxis. O referido livro será lançado neste evento (VII Seminário do Trabalho, organizado pela Rede de Estudos do Trabalho – RET / 2010).

<sup>2</sup> Doutora em Educação: História, Política e Sociedade (PUC-SP); professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFAL; professora colaboradora externa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE). gecea@uol.com.br

<sup>3</sup> Doutora em Enfermagem Fundamental (USP-Ribeirão Preto); professora adjunta do curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste); integrante do Núcleo de Estudo em Saúde e Trabalho (NUESAT) da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto /USP. neidetm@terra.com.br

Um produto/mercadoria especial do processo de trabalho capitalista não escapa desse desígnio: também os ciclos de vida útil da força de trabalho vêm sendo reduzidos.

É cada vez maior a ocorrência de episódios envolvendo acidentes e doenças do trabalho em diferentes ramos empresariais: no setor automobilístico, no telemarketing, na indústria farmacêutica, no setor ferroviário, no setor bancário, na indústria avícola, no setor da saúde, na área da educação, no setor calçadista, etc.

A situação não é distinta no setor frigorífico. Delwing (2007, p. 37) afirma que “[...] a incidência de lesão nos trabalhadores dos frigoríficos é quase quatro vezes superior em relação aos trabalhadores manuais das demais manufaturas”.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, os frigoríficos, juntamente com os supermercados, a indústria de calçados e o telemarketing foram recentemente apontados pelo Ministério da Saúde como os setores mais críticos na ocorrência de doenças osteomoleculares, que respondem por 70% das doenças relacionadas ao trabalho (O GLOBO<sup>4</sup>, *apud*. UNB CLIPPING, 2007).

Pela gravidade da situação, pode-se afirmar que o caráter mais geral que o processo de trabalho em frigoríficos tem assumido é o seguinte: é um espaço de produção de pessoas adoecidas e até mesmo inválidas, física e psicologicamente, antes de ser um espaço de produção de alimentos de origem avícola.

A partir deste contexto, trataremos aqui do processo de trabalho em frigoríficos, com o objetivo de apresentar elementos que indicam a instauração de formas de sociabilidade que são produzidas no confronto entre os trabalhadores vitimados por condições de trabalho que aviltam sua saúde. Para tanto, organizou-se o texto da seguinte forma: apresentação dos referenciais de análise do estudo; caracterização do processo de trabalho em frigoríficos, destacando a incidência de casos de agravo à saúde dos trabalhadores e discutindo suas origens; reflexão sobre os desafios para a organização dos trabalhadores no contexto atual e, por fim, apresentação de formas coletivas de enfrentamento dos trabalhadores de frigoríficos do oeste do Paraná, na luta pela preservação da saúde.

### **Apresentando os referenciais de análise**

As análises deste estudo constroem-se a partir das relações entre trabalho, educação e saúde, tomando como referência o processo de trabalho em frigoríficos.

---

<sup>4</sup> Jornal *O Globo*, edição de 7 abr. 2005.

O trabalho, compreendido como forma de produção da existência humana (do próprio homem e dos bens materiais e simbólicos), é a categoria a partir da qual podem ser compreendidas formas de sociabilidade, forjadas na interconexão das dimensões objetivas e subjetivas da realidade.

Mészáros (2002), ao tratar da lógica sociometabólica do capital, explicita que nela prevalecem mediações de segunda ordem, de caráter predominantemente econômico, que aprisionam e subordinam as necessidades humanas aos imperativos da acumulação do capital, por meio da preponderância material do valor de troca sobre o valor de uso, expressão da subordinação radical deste àquele. A lógica do valor subsume as mediações de primeira ordem, fundadas nas necessidades humanas e na prevalência e independência do valor de uso em relação à troca. Essa lógica é a que caracteriza, em última instância, as diferentes formas de sociabilidade no capitalismo. Compreendê-la significa rechaçar quaisquer “[...] concepções da sociabilidade fundadas na intersubjetividade ou em complexos sociais como a política e o mercado” (LESSA, 2002, p. 47), para as quais a inserção produtiva do homem na sociedade deve resultar de relações particularistas e atomizadas.

Considerando a essência contraditória da sociedade capitalista – onde a produção de riqueza (capital) se assenta na exploração material dos que a produzem (trabalho) –, supõe-se um “[...] desenvolvimento contraditório da sociabilidade” (SILVA JR; GONZÁLEZ, 2001, p. 109), sendo esta forjada no embate entre as classes sociais antagônicas. Há, portanto, formas de sociabilidade capitalista que se tornam hegemônicas, frente às quais a classe trabalhadora se coloca, seja no sentido de reforçá-las, seja no sentido de lutar contra elas.

Nessa dinâmica, a educação – compreendida no seu sentido lato de complexo de atividades que visam socializar o saber (dimensão gnosiológica) e (con)formar as consciências (dimensão ontológica) (LUKÁCS, 1981) – se torna processo integrante das aprendizagens, sistemáticas ou não, do/no trabalho e das formas de agir/reagir frente às condições de trabalho.

Nas formas de sociabilidade capitalista, produzidas a partir do fato da alienação humana frente aos meios, aos processos e aos resultados do trabalho, não cabe ao trabalhador reger e/ou definir as condições de uso da força de trabalho, vendida como mercadoria e mobilizada em função dos interesses e necessidades econômicas dos compradores. O panorama apresentado na introdução deste texto demonstra o quanto este nível de alienação pode implicar no próprio desgaste físico da mercadoria força de

trabalho, a ponto de torná-la descartável, como vem sendo observado no processo de trabalho em frigoríficos. Assim, ao se tratar da ocorrência de agravos à saúde dos trabalhadores, é necessário compreender que

A Saúde por referência ao trabalho deriva de seus componentes econômicos, sociais, tecnológicos, organizacionais e ambientais, sendo dotada de historicidade, em que o perfil de morbi-mortalidade, de sofrimento e mal-estar dos coletivos de trabalhadores, bem como o controle da nocividade, das cargas, e desgaste do processo de trabalho são determinados pelas relações político-econômicas e sócio-culturais estabelecidas entre capital e trabalho em cada sociedade concreta (LACAZ, 1996, p. 411).

A partir destes referenciais, abordaremos os temas propostos neste texto.

### **Para além do imediatismo entre o processo de trabalho e o adoecimento de trabalhadores: o coletivo interdito pelo capital**

A importância da avicultura paranaense no país pode ser atestada pelo fato do estado ser o maior produtor de frangos do país. Em 2007,

[...] de acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado abateu mais de 2 milhões de toneladas de frango, equivalentes a 22,89% da produção nacional (AMORIM, 2008, p. 13).

O oeste do Paraná tem expressiva participação na colocação do estado na economia nacional. Dos 50 municípios da região oeste do Paraná, tomada aqui como referência geográfica, em 12 deles há cooperativas, frigoríficos e abatedouros de suínos, bovinos e aves, totalizando 35 empresas. Entre estas, o destaque é para a indústria processadora de carne de aves, com 8 unidades de processamento que representaram, em 2003, 34,3% do faturamento em todo o Paraná, sendo a região com maior participação nos resultados econômicos do setor (IPARDES, 2005, p. 134). Segundo o IPARDES (2003, p. 63-64), “[...] o segmento de abate de aves é o maior empregador da região, com 13,84% da mão-de-obra industrial”. Essa importância no desenvolvimento regional demonstra o grande potencial das indústrias frigoríficas para a geração de emprego e renda (DONDA JR., 2002, p. 54).

Segundo Espíndola (2002), a partir dos anos de 1990, os frigoríficos do sul do país, e neles os situados no oeste do Paraná, aprofundaram a utilização de medidas de modernização que contribuíram para a redução de custos da produção. Entre essas medidas

pode-se citar: reorganização da produção (especialmente por meio do *just in time*<sup>5</sup>), aquisições de novos equipamentos, inovações dos produtos, mudanças nas estratégias de relacionamento fornecedor/cliente, melhoramento qualitativo da matéria-prima, flexibilização das relações de trabalho, implementação de técnicas de controle de qualidade, etc. Sintetizando os resultados dessas iniciativas, o autor indica

[...] o surgimento de empresas especializadas na produção de um elevado mix de produtos, com alto grau de capital investido e com novas relações de produção na estrutura administrativa, gerencial, no chão da fábrica e nos processos de fornecimento de matéria-prima. (ESPÍNDOLA, 2002, p. 3).

Esse conjunto de medidas articulou-se com uma estratégia econômica pautada no processo de internacionalização (exportações e implantação de filiais em diversos países), num alto grau de integração vertical (parcerias com aviários, rede nacional de vendas e distribuição de produtos) e na ampliação das possibilidades de especialização/diversificação da produção (multiplicidade de linhas de produtos) (POZZOBON, 2008).

Apesar de existirem diferenças quantitativas e qualitativas entre as oito empresas frigoríficas situadas no oeste do Paraná, é possível afirmar, com base nos estudos já realizados e na pesquisa em andamento, que todas se enquadram num contexto de reestruturação produtiva, na direção da modernização industrial pautada na organização flexível do trabalho. Além disso, é uma prática corrente na região o estabelecimento de contratos de produção entre as empresas. Isso implica no fato de que, independente do tamanho e da posição ocupada pelo frigorífico na economia do setor, as empresas nivelam os procedimentos e níveis de exigência da produção, a partir dos requisitos e imposições da empresa contratante. Dessa forma, a fixação de índices de produtividade e a padronização de medidas de controle de qualidade atingem os setores externos (granjas, lavanderia e manutenção – que podem ser atividades realizadas em regime de “parceria”) e setores internos (administração, apoio e produção) dos frigoríficos.

---

<sup>5</sup> O *just in time* é um sistema de organização que visa o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. Este sistema possibilita o planejamento dos estoques e a entrega de mercadorias de acordo com as necessidades e especificações das empresas, tendo a demanda como orientadora do processo. No nível do chão da fábrica, nas empresas frigoríficas, introduziram-se placas informativas nos diferentes espaços da produção, contendo gráficos e planilhas que indicam o tempo de produção por unidade e a quantidade que deve ser produzida e encaminhada às seções subsequentes. Em algumas empresas, esse controle é de responsabilidade de um “fiscal da gerência”, que atualiza, indica e repassa às diferentes unidades os dados produtivos e as metas a serem alcançadas (ESPÍNDOLA, 2002, p. 3).

Pelas características intrínsecas ao setor frigorífico, considerando-se especialmente as empresas localizadas na região geográfica analisada, essa modernização combina um acentuado desenvolvimento tecnológico e organizacional com a permanência de procedimentos e técnicas de marca taylorista-fordista, de forma que a presença do trabalho simples (de pouco ou nenhum conteúdo científico), fragmentado e repetitivo ainda é uma constante. Este tipo de trabalho – combinado com as diferentes estratégias de aceleração da produção e de aumento da produtividade – contribui decisivamente para a ocorrência de incontáveis casos de acidentes e adoecimento nos espaços laborais, de forma que qualquer trabalhador, independentemente do setor de atuação (das granjas às linhas de produção), tem sua condição de saúde ameaçada.

Em linhas gerais, o trabalho realizado no chão da fábrica das empresas frigoríficas investigadas apresenta as seguintes características: repetitividade de movimentos; ritmo de trabalho imposto pela máquina; invariabilidade do trabalho; posturas inadequadas; uso de força física; trabalho muscular estático; pressão mecânica; exposição a temperaturas altas e baixas (dependendo do setor); convivência com odores fortes; barulho excessivo; contato com ambientes úmidos por longos períodos de tempo (mesa de trabalho; chão); manuseio de instrumentos perfuro-cortantes. Além disso, a pressão por produtividade exercida pelos funcionários responsáveis pela fiscalização da produção sobre os demais trabalhadores interfere na motivação, na atitude e no comportamento destes, podendo afetar até mesmo sua saúde mental (NELI, 2006; DELWING, 2007).

Os custos sociais desse momento de sociabilidade do capital – capaz de combinar flexibilidade e rigidez em prol de margens cada vez amplas de produtividade, como se observa no processo de trabalho em frigoríficos – são imensos. Antunes (2000, p. 33) que “[...] em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho [...]”.

Segundo Cavalcanti e Galvão (2007, p. 274, apud. RODRIGUES, ALVES, SILVA, 2008, p. 7-8), diversas são as consequências das relações de trabalho contemporâneas, marcadas pela acentuação desmedida da precarização do trabalho. Entre elas estão

[...] a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo daqueles que permanecem trabalhando; a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, a dominação e a alienação do trabalho; estruturação de estratégias defensivas em que todos precisam resistir e “não podem fazer nada” pelo sofrimento alheio e, por fim, diante da ameaça de demissão, o individualismo, o “cada um por si”.

Componentes das formas de sociabilidade do capital que se tornam hegemônicas neste atual momento de configuração do processo de trabalho capitalista, tais características defrontam-se, entretanto, com uma contradição inerente a esse mesmo processo, conforme atesta Yves Clot (ENTREVISTA..., 2006, p. 103):

Certamente, a gestão tende a individualizar as questões e os sociólogos têm insistido muito nisso, mas o real do trabalho impõe, cada vez mais, um trabalho coletivo; para fazerem face ao real, os trabalhadores têm que fazê-lo juntos. No mundo do trabalho atual há uma gestão individualizante, mas há uma necessidade muito, muito forte do coletivo. [...] O coletivo é solicitado e, ao mesmo tempo, interdito e eu penso que é a causa profunda do sofrimento no nível profissional. [...] a organização do trabalho oficial tenta rechaçar o coletivo, mas esse coletivo é qualquer coisa que é demandada pelo real do trabalho. Assim, eu sou bastante crítico sobre certas descrições sociológicas do trabalho atual, que retêm uma única tendência.

De fato, o trabalhador coletivo combinado, identificado por Marx (1985, p. 269) como “[...] o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais”. Nesse sentido, como reivindica Yves Clot (ENTREVISTA..., 2006, p. 103), “[...] a questão do coletivo merece ser aprofundada como uma tendência do lado do real do trabalho. [...] Isso quer dizer que o coletivo não é qualquer coisa que deve ser defendido, mas algo que deve ser reencontrado”.

Inferimos que esse “reencontro” passa pela capacidade dos trabalhadores, coletivamente, interferirem no processo de trabalho, buscando uma organização e um direcionamento das formas de produção no sentido das capacidades e necessidades humanas, em contraposição às exigências e imposições resultantes do “fetichismo da mercadoria” (MARX, 1985). Nas formas de sociabilidade capitalista, entretanto, qualquer ação coletiva dos trabalhadores nesse sentido se torna objeto de interdição. Nessa direção segue também a análise de Antunes (2000, p. 48), ao referir-se às formas contemporâneas de sociabilidade do capital:

Opondo-se ao contra-poder que emerge das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social [grifo do autor].

Para Yves Clot, esse aspecto da sociabilidade capitalista, tecida e produzida no confronto entre objetividade e subjetividade do trabalho, é o campo capaz de elucidar a origem e/ou causas da ocorrência de sofrimento no trabalho.

A saúde se degrada no ambiente de trabalho sempre que um coletivo profissional torna-se uma coleção de indivíduos expostos ao isolamento. A saúde se degrada, na verdade, quando deixa de haver a ação de civilização do real, a qual um coletivo profissional deve proceder a cada vez que o trabalho, por seus imprevistos, põe esse coletivo a descoberto. Dito de outra forma, a saúde se degrada quando a história do gênero profissional se encontra suspensa. Quando, para dizer ainda de outro modo, a produção coletiva das expectativas genéricas do ofício é posta em sofrimento. Cada um individualmente se encontra então confrontado às más surpresas de uma organização do trabalho que deixa “sem voz” face ao real (CLOT, 2002, p. 5).

Os aportes teóricos elaborados por Yves Clot obrigam-nos a avançar no trato das interfaces entre trabalho e saúde para além da conexão imediata entre tarefas desempenhadas na produção e ocorrência de acidentes e doenças do trabalho. Decerto que tal conexão é aquela que se apresenta de forma mais visível e todo estudo que colabore para o aprofundamento da questão tem validade. Entretanto, reconhecer a contradição básica entre capital e trabalho como origem das ocorrências de agravos à saúde do trabalhador permite focar a análise em movimentos do real, protagonizados pelos trabalhadores, que se encaminham na direção do enfrentamento da raiz da problemática.

O real diz respeito à situação tomada como referência. Yves Clot cita o estado de precariedade social que se coloca de forma adversa para os trabalhadores, que lhes “escapa” e lhes “agride” como uma expressão do real, que não é a única. Também compõe o real “[...] o fracasso de uma organização do trabalho que os coloca em dificuldade e sobre a qual eles não podem agir [...], assim como “[...] o fracasso na exploração dos meios de afrontar a situação e a decepção por sua impossibilidade de se engajar em uma obra de tessitura comum e individual” [...]. E, dialeticamente, o real também pode ser representado por potencialidades e/ou circunstâncias em que “[...] a equipe pode provar coletivamente seu poder de agir no ambiente e sobre si mesma”. Esse caráter contraditório do trabalho, apreendido por Clot, é que o leva a afirmar que “[...] No trabalho, o real se apresenta frequentemente na figura de Janus<sup>6</sup>. Mas em todos os casos, o inatingido é essencial” (CLOT, 2002, p. 5).

---

<sup>6</sup> Na mitologia greco-romana, Janus era o deus dos portões e das transições, representado por duas faces.

Seguiremos a análise, orientados por essa compreensão, refletindo sobre os desafios postos para a organização dos trabalhadores no contexto atual, considerando, em especial, o tema da defesa da saúde nos processos de trabalho.

### **A urgência histórica de novas formas de sociabilidade**

Refletindo sobre as condições adversas vivenciadas pelos trabalhadores a partir da investida do capital em seu mais recente momento de crise, Chauí (1997, p. 19<sup>7</sup>, apud. SILVEIRA, 2005, p. 9) questiona:

O que pode ser uma nova sociabilidade da classe trabalhadora, quando, em decorrência da forma atual do capital e da revolução tecnológica, ela perdeu todos os referenciais de identidade de classe (portanto, de sua subjetividade) e seus referenciais de espaço e tempo? [...] Que nova subjetividade coletiva pode ser criada numa sociedade que se assenta sobre o desemprego estrutural, mas continua valorizando moralmente o trabalho e por isso desmoraliza, humilha, degrada o desempregado, e que julga todo trabalhador um desempregado potencial e, como tal, descartável? Como poderá ser inventada uma nova subjetividade emancipadora e emancipatória, depois desse terrível refluxo simbolizado pela queda do Muro de Berlim que simbolizou não só o desocultamento final do totalitarismo, mas sobretudo a construção do verdadeiro muro, invisível e intangível, o da divisão social do trabalho entre uns poucos poderosos que dominam o planeta e a massa dos deserdados da terra, a massa planetária dos descartáveis, do lixo?

A reflexão nos exorta a considerar a complexidade e a gravidade de um momento histórico bastante adverso para a classe trabalhadora, no qual a investida do capital contra os interesses e necessidades do trabalho se ancora, entre outros, na suspeição e na desqualificação de alternativas sociais emancipadoras; tais posturas são assumidas, inclusive, por parcelas da própria classe trabalhadora e de seus intelectuais orgânicos. Entendemos ser pertinente compreender tanto as posturas de adesão e consentimento ao ideário hegemônico quanto as posturas de envolvimento e resistência dos trabalhadores – conforme adverte Oliveira (2004, p. 204) – a partir da “[...] confluência histórica entre o desenvolvimento do capitalismo e a constituição de uma particular relação de classes [...]”.

Nesse sentido, as alterações operadas pelo capital nos processos produtivos não esgotam a compreensão dos efeitos que as mesmas provocam na composição, organização e atuação dos trabalhadores. É necessário compreender que

---

<sup>7</sup> CHAUI, M. **Subjetividades contemporâneas**: Comentários. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, v. 1, n. 1, 1997.

[...] não basta modificações no processo de trabalho com todas as suas técnicas para caracterizar o “toyotismo”, faz-se necessária uma série de contrapartidas sociais para dar coerência e sustentar o desenvolvimento do “toyotismo” (OLIVEIRA, 2004, p. 69).

Dentre as contrapartidas sociais que vêm merecendo especial dedicação da classe capitalista é a desestruturação do papel histórico desempenhado pelos sindicatos de trabalhadores. No caso específico da luta em defesa da saúde dos trabalhadores, a situação parece ganhar contornos ainda mais complexos, visto que, tradicionalmente, as questões econômicas, cuja luta salarial é a mais expressiva, são aquelas que direcionam a ação sindical. Nesse sentido, Lacaz (1996, p. 411) destaca que, além do abalo do sentido histórico do movimento sindical “[...] nesse contexto sócio-econômico de flexibilização e informalização das relações capital-trabalho [...], deve-se considerar

[...] a séria deficiência estrutural que acompanha a trajetória do sindicalismo brasileiro, fomentada pelo conservadorismo da classe dirigente. Trata-se da quase impossibilidade de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, estratégia que se impõe em qualquer projeto que pretenda transformar condições e ambientes de trabalho. Esta é a tarefa fundamental que cabe o sindicalismo assumir, rompendo com uma timidez e acomodação que o acompanha mais recentemente desde a brecha aberta pela Constituinte. O não enfrentamento dessa questão pode colocar sob risco qualquer política sindical neste campo. Até propostas sedutoras muitas vezes apresentadas pela iniciativa do Estado, como a negociação coletiva, são inócuas se este crônico óbice não for superado com empenho.

Diante desse impasse histórico, Antunes (2005, p. 121) sugere a compreensão de que

O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação autônomas capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, de um lado (realizada pelos sindicatos), e ação político-parlamentar, do outro pólo (realizada pelos partidos). Essa divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores.

A partir dessas reflexões é que julgamos pertinente destacar alguns processos coletivos envolvendo os trabalhadores de frigoríficos da região oeste do Paraná, na luta pelo direito à recuperação e preservação de sua saúde, luta essa que tem como horizonte o que por ora se mostra como inatingível, mas que de fato constitui o essencial dos confrontos e enfrentamentos protagonizados por essa parcela de trabalhadores.

## **Desafios da ação coletiva: em busca de novas formas de sociabilidade**

Com a intensificação do ritmo e intensidade de trabalho, combinada com formas de organização da produção orientadas para o máximo de produtividade, a incidência de acidentes e doenças do trabalho se agrava no Brasil ao longo da segunda metade do século XX. Nesse contexto, as lesões por esforços repetitivos (LER) passam a figurar entre os principais agravos à saúde dos trabalhadores:

[...] entre as décadas de 60 e 70, os trabalhadores mais atingidos eram os de montadoras e grandes indústrias; na década de 70, as vítimas passaram a ser os digitadores, programadores e analistas de sistema; na década de 80, os maiores afetados foram os trabalhadores de bancos e atualmente vários outros profissionais também têm sido afetados [...] (MUROFUSE, 2001, p. 24).

Desde então, no Brasil, o tema da saúde do trabalhador passou a compor o rol de reivindicações de inúmeros sindicatos, mormente aqueles cujas categorias são acometidas, de forma mais incisiva, por agravos à saúde em função das condições de trabalho. Entretanto, esse tema permanece como “[...] uma verdadeira agenda política a ser assumida pelo movimento sindical [...]” (STOTZ, 2003, p. 32).

No oeste do Paraná, a ocorrência de agravos e a frágil atuação do sindicalismo frente à questão também se tornaram realidade. Em Cascavel, uma das principais cidades do oeste do estado, as dificuldades encontradas pelos lesionados junto aos sindicatos que lhes representavam obrigaram os trabalhadores a buscar outras formas de organização, como aconteceu em diversas localidades do país<sup>8</sup>. Foi assim que um grupo de trabalhadores vitimados pelo processo de trabalho criou a Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos de Cascavel (AP-LER), em 1997, tendo como principais finalidades a organização da luta coletiva pelos direitos dos trabalhadores lesionados e a intervenção na realidade para diminuir os casos de adoecimento em função da organização do trabalho (ESTATUTO..., 1997, p. 1)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Em várias localidades do país foram criadas entidades voltadas exclusivamente para atuação na luta em defesa da saúde dos trabalhadores. Entre as associações de portadores de lesões por esforços repetitivos podem ser citadas as de Presidente Prudente e Região, de Goiás e Tocantins, de Blumenau e região, de Porto Alegre, do Alto Uruguai Catarinense e de Curitiba. Além dessas, tem-se, entre outras, a Associação de Defesa da Saúde do Trabalhador (ADVTA/APLER), no Paraná, e o Movimento em Defesa da Vida, Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora Catarinense (MÓVIDA), em Santa Catarina.

<sup>9</sup> As informações contidas a partir deste parágrafo foram sistematizadas com base em entrevista concedida às pesquisadoras por dois integrantes da diretoria da entidade, em dezembro de 2008, e em um histórico da AP-LER elaborado por Scalco e Cêa (2008).

Os anos de 1990 registraram grande incidência de casos junto a bancários e telefonistas, mas em pouco tempo a entidade passou a atender demandas de trabalhadores dos mais diversos setores, incluindo categorias acometidas por outras doenças do trabalho, além das LER.

Desde sua fundação, a AP-LER vem desenvolvendo uma série de ações e protagonizando disputas e enfrentamentos em diferentes âmbitos, podendo ser destacados os seguintes fatos e episódios, entre outros:

- Ações judiciais voltadas para revisão de laudos, perícias e seguros concedidos pelo INSS; para reintegração de trabalhadores demitidos indevidamente em função de adoecimento no trabalho; para concessão de aposentadorias e indenizações a trabalhadores tornados inválidos por doenças ocasionadas pelo processo de trabalho;
- Denúncias na Procuradoria Regional do Trabalho sobre condições indevidas de trabalho em diferentes empresas;
- Representação política em diferentes fóruns, como o Conselho Municipal de Saúde de Cascavel (CMS)<sup>10</sup> e a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST/CMS);
- Ações junto à política estadual de saúde, com decisiva influência na estruturação e consolidação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Cascavel<sup>11</sup>, na criação do Conselho Gestor do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST/Cascavel, na criação da CIST do Conselho Municipal de Saúde de Toledo, na criação do Comitê Macrorregional de Investigação de Óbitos e Amputações Relacionados ao Trabalho (oficializado pelo CEREST);
- Integração com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em diversas atividades envolvendo a entidade e pesquisadores das áreas de saúde e educação, como por exemplo: realização de seminários, palestras, projetos de pesquisa e extensão.

A partir de 2003 a AP-LER passou a ser procurada por um número significativo de trabalhadores de frigoríficos da região, o que foi avaliado pelos membros da entidade como resultado de um processo de trabalho que, apesar de produzir trabalhadores doentes há muitos anos, passou a ocasionar um expressivo aumento no número de casos de acidentes e adoecimento em função da agressiva investida do setor no aumento da produtividade.

---

<sup>10</sup> A atuação da AP-LER no Conselho Municipal de Saúde de Cascavel teve seu momento político mais significativo quando um dos membros da entidade foi eleito presidente do CMS, rompendo com a hegemonia dos gestores no cargo e inaugurando a prática da rotatividade dos segmentos ali representados (gestores, profissionais e usuários) na presidência.

<sup>11</sup> O CEREST abrange as macrorregiões de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, envolvendo 52 municípios das 3 Regionais de Saúde do Paraná.

A demanda de trabalhadores de frigoríficos mostrava, segundo os membros da entidade, uma radicalidade ainda maior, se comparada à situação de outras categorias profissionais mais organizadas, como a dos bancários, por exemplo. Pelas características das relações de trabalho nos frigoríficos – marcadas, entre outros, pela contratação de mão-de-obra pouco qualificada, de baixa escolarização, pelos baixos salários e pela frágil rede de proteção social –, era alarmante o nível de desinformação dos trabalhadores acerca de seus direitos e dos procedimentos básicos a serem tomados no caso da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho. Em síntese, o contato da AP-LER com a realidade os trabalhadores de frigoríficos revelou a situação de abandono experimentada por eles no encaminhamento de questões relacionadas à saúde/doença: negativa dos postos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) em reconhecer os nexos entre o acidente/doença e o processo de trabalho; inexistência de cobertura de planos de saúde; dificuldades de dar continuidade aos tratamentos necessários em função da morosidade das agências públicas de saúde ligadas ao SUS (Sistema Único de Saúde); demissões por justa causa a trabalhadores que apresentavam atestados médicos, etc.

Junto aos trabalhadores de frigoríficos, além das ações anteriormente citadas desenvolvidas pela entidade, a AP-LER vem protagonizando uma situação que têm como foco a intervenção direta no processo de trabalho e que, por este motivo, vem custando à entidade os maiores enfrentamentos com as empresas e com um sindicato de trabalhadores da área de alimentação, identificado como “pelego” pela atuação conivente que assume perante as empresas.

A AP-LER realizou inúmeras reuniões com trabalhadores de frigoríficos e em todas elas a necessidade de intervenção no processo de trabalho aparecia como a medida mais incisiva para que se buscasse evitar a continuidade da incidência de agravos à saúde dos trabalhadores. O percurso definido foi o encaminhamento de denúncias das condições de trabalho em frigoríficos à Procuradoria Regional do Trabalho (em 2005 e 2006), que abriu processos investigatórios. Como decorrência, o Ministério Público do Trabalho firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)<sup>12</sup>, obrigando a empresa a implementar inúmeras

---

<sup>12</sup> “O Termo de Ajustamento de Conduta é um ato jurídico administrativo bilateral em relação à vontade das partes e unilateral em relação à onerosidade das obrigações nele assumidas; simples ou complexo, dependendo se a eficácia está condicionada ou não à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, visando à resolução de violação de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. [...] O Termo de Ajustamento de Conduta, cuja iniciativa pode partir do órgão legitimado para a ação civil pública ou do próprio interessado, tem por objeto negociar as condições de tempo, modo e lugar para adequação da conduta do interessado às exigências legais, bem como definir as cominações aplicáveis ao compromissado no caso de não cumprimento do pactuado. O termo de ajustamento de conduta pode regular uma conduta passada, presente ou futura” (SILVA, 2000, p. 14).

medidas nas plantas industriais de 5 de suas filiais localizadas na região, visando eliminar os riscos à saúde dos trabalhadores. Entre as medidas que mais afetam a organização e a gestão do trabalho e que constam das cláusulas do TAC, podem ser destacadas: realização de melhorias para as situações de riscos ergonômicos; pleno funcionamento do comitê de ergonomia na empresa, com garantia de participação permanente dos trabalhadores no processo; instituição de pausas regulares e rodízios nas atividades onde houver exigência postural, repetitividade, sobrecarga muscular estática e/ou dinâmica, objetivando a recuperação física e mental dos trabalhadores; garantia de iluminação adequada, apropriada à natureza da tarefa; implementação de assentos adequados nos postos de trabalho que proporcionem aos trabalhadores condições de boa postura, visualização e operação; garantia aos empregados, a qualquer momento da jornada de trabalho, da saída do posto de trabalho para que satisfaçam suas necessidades fisiológicas (ir ao banheiro); promoção do diagnóstico, de forma precoce, das doenças e dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, afastando o empregado do trabalho sobre o qual haja suspeita de estar acometido de doenças ocupacionais, custeando integralmente o respectivo tratamento (MPT, 2008).

Os prazos para cumprimento das determinações do TAC variam de 90 dias a 12 meses, dependendo das medidas a serem tomadas. O descumprimento ou atraso das ações e prazos fixados nas cláusulas pode incidir em multa fixada entre 5 mil reais e 50 mil reais, multa essa que pode ser diária ou multiplicada pela quantidade de casos de descumprimento notificados.

Após um ano de vigência do TAC, frente à negligência da empresa as determinações ali contidas, a AP-LER protocolou nova denúncia na Procuradoria Regional do Trabalho, que solicitou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) uma rigorosa fiscalização, ocorrida em setembro de 2009.

Pelo conteúdo das medidas postas no TAC, é possível identificar alguns dos crônicos problemas ainda vivenciados pelos trabalhadores de frigoríficos, que abrangem desde a proibição de idas ao banheiro para a satisfação de necessidades fisiológicas, até o cumprimento de extenuantes jornadas de trabalho, passando pelas condições ergonômicas e ambientais dos postos de trabalho<sup>13</sup>. A reversão dessas situações pressupõe a alteração da dinâmica operacional e de gestão do processo de trabalho e é isso que a empresa vem se recusando a fazer.

---

<sup>13</sup> Ressalta-se que a maioria das determinações contidas no referido TAC estão respaldadas em normas regulamentadoras definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que são, via de regra, sumariamente desconsideradas pelas empresas.

Segundo a AP-LER, após a força-tarefa do MTE para fiscalizar o cumprimento do TAC por parte da empresa, a mesma

Agora está garantindo aos seus empregados o custeio integral de todo o tratamento, incluindo consultas, exames, remédios, terapias e cirurgias. Nada mais justo, uma vez que tais doenças são oriundas do processo de trabalho adotado pela empresa.

Falta ainda a adoção de mudanças na organização e no ambiente de trabalho para proteger a saúde dos trabalhadores (AP-LER, 2010, p. 1).

Ao longo dos últimos anos, entre o encaminhamento das denúncias e a celebração do TAC, os trabalhadores organizados em torno da AP-LER passaram a ter que enfrentar outra instituição, além da empresa: o sindicato que formalmente representa os trabalhadores das empresas de alimentação da região. Segundo relato de membros da AP-LER em entrevista às pesquisadoras, a situação tem se tornado cada vez mais tensa, envolvendo ameaças, difamações e provocações de diferentes ordens: “Eles consideram a gente [da AP-LER] inimigo, eles difamam a gente, eles falam mal da gente, eles desmentem os nossos achados, as nossas pesquisas, os dados que a gente divulga, eles nos consideram inimigos mesmo”.

A situação ora experimentada pela AP-LER com a entidade sindical que representa (ou deveria representar) os interesses dos trabalhadores das empresas frigoríficas difere da relação que vem sendo estabelecida ao longo do tempo com sindicatos de outras categorias cujos trabalhadores se filiam, participam e encaminham demandas à AP-LER. Com alguns sindicatos, a “[...] relação [é] mais ou menos pacífica, é de reciprocidade, quer dizer, os associados dessas entidades são atendidos pela AP-LER indicados por essas entidades [...] quando eles entendem que precisam de ajuda pra essas pessoas [...] muitas vezes eles [os sindicatos] até fazem contribuição financeira pra gente, dão uma ajuda eventualmente pra gente [...] [São] sindicatos que a gente não tem uma atuação forte, que a gente não está atuando assim diretamente na categoria profissional deles, que em tese não é essa intromissão que [a AP-LER quer], eles nos ignoram, nos ‘engolem’, na verdade, mas esse aí [dos trabalhadores de frigoríficos] nos trata como inimigos”.

As ações da AP-LER, ao longo de sua existência, contabilizam muitos êxitos políticos e sociais. Mas alguns impasses permanecem: para aqueles trabalhadores que alcançam sucesso nas medidas jurídicas encaminhadas coletivamente, é necessário, na maioria dos casos, a aprendizagem da convivência com a irreversibilidade dos agravos sofridos no trabalho; para os trabalhadores que participam organicamente da AP-LER, as

inúmeras conquistas revelam, ao mesmo tempo, a potencialidade da ação coletiva numa perspectiva classista e a força da interdição do capital sobre essa coletividade.

Mas o capital que interdita não se resume às empresas localizadas na região; trata-se do setor da economia que é líder mundial em exportações de frangos, que disputa ombro a ombro com os Estados Unidos a ponta do mercado mundial da avicultura, que conta com o fundo público – gerenciado pelo Estado – para o financiamento de seus incrementos logísticos e tecnológicos e que tem todo apoio governamental para aprimorar cada vez mais os padrões de bem estar animal no país e os métodos humanitários no tratos das aves em plantas frigoríficas. A luta dos trabalhadores dos frigoríficos da região oeste do Paraná que resistem à “desumana sociabilidade” que lhes é imposta poderia ter uma epígrafe bem ao gosto do gênio Chaplin: “Não sois aves; homens é o que sois”.

### **Por uma aposta na possibilidade de constituição de novas sociabilidades**

Na discussão sobre uma concepção materialista de história, Marx e Engels (1984, p. 39-40) argumentam que

[...] somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. [...] A primeira coisa, portanto, em qualquer concepção de história, é observar este fato fundamental em toda sua significação e em toda a sua extensão e render-lhe toda a justiça.

A atualização das formas de sociabilidade do capital na direção de relações sociais cada vez mais competitivas torna os clássicos do marxismo ainda mais compreensíveis: a manutenção *do* ou a ruptura *com* o estabelecido historicamente não tem como prescindir do fato de que, em ambos os casos, os homens precisam estar vivos. Isso ganha ainda mais significado num contexto em que a saúde da força de trabalho é um dos insumos mais consumidos pelo processo de trabalho.

O percurso da análise empreendida neste texto buscou refletir sobre os impasses e possibilidades da atuação coletiva dos trabalhadores na luta por formas de sociabilidade

que lhes permitam “estar em condições de viver para poder fazer história”. E buscou-se fazer isso destacando elementos que denotam o caráter contraditório das relações sociais capitalistas, mostrando como a exacerbação e o aprimoramento das condições de exploração e extenuação da força de trabalho podem abrir espaços para a construção de formas de sociabilidade marcadas pelo enfrentamento ao caráter atomizado e individualizado da sociabilidade capitalista.

Ao apresentar e destacar ações e episódios protagonizados coletivamente por trabalhadores de frigoríficos da região oeste do Paraná frente às condições adversas de trabalho, este texto não teve nem a pretensão nem a ingenuidade de compreender tais situações como modelos ou paradigmas de ação que rompem com a realidade posta; teve, sim, a intencionalidade de ressaltar que as formas de sociabilidade do capital, embora hegemônicas, não se impõem de forma absoluta, como se os homens fossem aves dependuradas nas nórias<sup>14</sup>, seguindo inertes para o abate.

#### **Referências:**

AMORIM, G. Perspectivas da avicultura brasileira e paranaense. **Análise Conjuntural** – IPARDES. Paraná, v. 30, n. 11-12, p. 12-14, nov./dez. 2008.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

AP-LER. **Informativo AP-LER**, v. 12, n. 12, fev. 2010, p. 1-2, mimeo.

CLOT, Y. **Clínica da Atividade e Repetição** [Publicado em *Cliniques Méditerranéennes*, n. 66, 2002]. PQV-UNIFESP, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.pqv.unifesp.br/ClinicadaAtividadeeRepeticaoYvesClot.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

DELWING, E. B. **Análise das condições de trabalho de uma empresa do setor frigorífico a partir de um enfoque macroergonômico**. 2007. 131f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DONDA JÚNIOR, A. **Fatores influentes no processo de escolha da localização agroindustrial no Paraná**: estudo de caso de uma agroindústria de aves. 2002. 141 f.

---

<sup>14</sup> “Correia transportadora onde os frangos são pendurados pelos pés” (NELI, 2006, p. 35).

Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ENTREVISTA: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 99-107, 2006.

ESPÍNDOLA, C. J. Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil. In: **Scripta Nova**. Barcelona, v. 6, n. 119, p. 1-7, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-85.htm>>. Acessado em: 25 abr. 2007.

ESTATUTO da Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos de Cascavel. **AP-LER**, Cascavel, 1997. mimeo.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical**. 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Ciências Médicas). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, G. **O trabalho**. Ontologia do ser social. 1981. Tradução: Ivo Tonet, mimeo.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MPT. Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Aditivo nº 6/2008**. Toledo, fev. 2008, p. 1-5.

MUROFUSE, N. T. Mudanças no trabalho e na vida de bancários portadores de lesões por esforços repetitivos: LER. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 9, n. 4, jul. 2001, p. 19-25.

NELI, M. A. **Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola**. Ribeirão Preto, 2006. 100f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, E. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

POZZOBON, D. M. Explorando soluções internacionais: o caso dos frigoríficos brasileiros. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2008, p. 1-16.

RODRIGUES P.; ALVES G.; SILVA; N. R. Trabalho e subjetividade: um estudo de caso sobre a saúde de trabalhadores da linha de produção da indústria farmacêutica. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6, 2008, Marília. **Anais**. Marília: UNESP, 2008, p. 1-14.

SCALCO, D. C.; CÊA, G. S. S. **A luta pela saúde do trabalhador**: um histórico da Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (AP-LER). Relatório final de pesquisa de iniciação científica apresentado ao comitê PIBIC/CNPq/UNIOESTE, 2008. Orientadora: Georgia Sobreira dos Santos Cêa.

SILVA JR, J. R.; GONZÁLEZ, J. L. C. **Formação e trabalho**: uma abordagem ontológica da sociabilidade. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA, E. B. Inquérito civil trabalhista. Termo de ajuste de conduta. Execução do termo de ajuste de conduta na Justiça do Trabalho. **Revista do Ministério Público do Trabalho**. Brasília, v. 10, n. 20, p. 10-20, set. 2000. Disponível em: <<http://www.anpt.org.br/site/download/revista-mpt-20.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

SILVEIRA, M. L. S. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Assistentesocial.com.br** – O portal do Serviço Social. Caderno especial, n. 24, p. 1-14, out. 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial24.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2008.

STOTZ, E. N. Trabalhadores, direito à saúde e ordem social no Brasil. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 1, p. 25-33, 2003.

UNB CLIPPING. **Mal silencioso**. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbclipping2/2007/ind070223.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2007.